

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



Direção

António Sarmento Gomes Mota – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Manuel Maria Simões Nunes Agria – Vice-Presidente Executivo

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Vogal

Álvaro José Barrigas do Nascimento – Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso - Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

José Henrique Bastos C. Costa Pinto – Secretário

Conselho Fiscal

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vice-Presidente

Paulo Fernando Pinheiro Bandeira – Vogal

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Alberto João Coraceiro de Castro

Banco BIC Português, S.A. (representado por Fernando Teixeira dos Santos)

Banco BPI, S.A. (representado por Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Isabel S. de Pina Cabral)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (representada por António Soares Pinto Barbosa)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representado por Nuno Fernandes Thomaz)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Eduardo de Almeida Catroga)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por Jorge Brito Pereira)

Novo Banco, S.A. (representado por António Manuel Palma Ramalho)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Fazenda Arnaut Duarte)

Seguradoras Unidas, S.A. (representada por Gustavo de Mesquita Guimarães)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2018 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

A estrutura deste relatório assenta nos três pilares que têm constituído, no passado recente, o quadro de referência da atividade do IPCG, a saber, o Código de Governo das Sociedades, a ação formativa e a disseminação do conhecimento e nele se inserem as ações que, realizadas ao longo do exercício, concorrem para a concretização destes objetivos.

Pela importância de que se revestiram para a consolidação do papel que cabe ao Instituto desempenhar no âmbito das competências que lhe estão estatutariamente cometidas, permitimo-nos destacar três momentos marcantes ocorridos ao longo de 2018:

- O início da vigência em 1 de janeiro do Código de Governo das Sociedades, culminando um período de intenso trabalho e dedicação, levado a cabo por uma vasta equipa, e que se confunde, no tempo, com os quinze anos de vida na IPCG;
- A celebração desta efeméride em contexto de regozijo coletivo pela meta atingida;
- O reconhecimento público do mérito e “esforço na promoção das boas práticas de governo empresarial e na valorização dos códigos reguladores”, ao ser conferido ao IPCG o Investors Relations and Governance Awards criado pela Deloitte.

2. Código de Governo das Sociedades

Como já assinalado no ponto anterior, o exercício de 2018 fica associado à entrada em vigor do Código de Governo das Sociedades, reconhecido como texto único no domínio dos princípios e recomendações a serem atendidas pelas sociedades emitentes de valores em mercado regulado. Como passos mais significativos dados ao longo do exercício neste domínio, salientam-se:

- Protocolo celebrado em 23 de fevereiro entre o IPCG e a AEM com o propósito de estabelecer as bases e os termos da monitorização e acompanhamento do Código;
- Encontro com empresas cotadas para apresentação, por forma sistematizada, dos aspetos mais salientes do Código;
- Comunicado da CMVM emitido em 19 de março dando conta da conclusão do processo de transição para um modelo de autorregulação do regime recomendatório do governo das sociedades;
- Constituição das CAM - Comissão de Acompanhamento e Monitorização e CEAM - Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização, com a missão de promoverem a divulgação do Código de Governo das Sociedades por todos os agentes relevantes do mercado de capitais, fazerem o acompanhamento dos trabalhos de monitorização, incluindo o Relatório Anual, e facultarem o apoio às empresas na adequada interpretação dos princípios e recomendações dele constantes. Para suporte das Comissões, foi criado um *website* dedicado, em versão bilingue;
- Criação do Fórum do Governo Societário, com a missão de se ocupar do estudo das melhores soluções a serem acolhidas em futuras revisões periódicas do Código.

3. Ação formativa e disseminação de conhecimento

Atingido o objetivo primeiro de dotar o universo das sociedades cotadas sediadas em Portugal de um instrumento de identificação e definição de boas práticas de governo segundo um modelo autorregulatório, cumpre agora ao IPCG cuidar da sua implementação no terreno e criar as ferramentas que possibilitem que o mesmo se imponha pelos seus méritos e capacidades e preencha as expectativas dos agentes económicos destinatários. É esta a missão que, na fase atual, o Instituto privilegia e que assenta numa política que vise o robustecimento da nova matriz recomendatória, promovendo a formação daqueles que têm, em primeira instância, a responsabilidade de a aplicar, mas, também, de todos os demais agentes que, forçosamente e em função dos domínios do conhecimento em que atuam, com estes princípios e modelos interagem. Formação que impõe, desde logo, informação precisa,

isenta, atempada e completa.

Das ações realizadas em 2018, destacam-se as seguintes:

- Realização da 3.ª edição do Programa Avançado para Administradores não Executivos, cumprindo, deste modo, o pressuposto de elevar o nível de conhecimentos dos titulares de cargos de cargos em órgãos sociais, atuais e futuros, sobre as matérias que compõem o elenco das missões que lhes cabe desempenhar; de sublinhar a crescente adesão que esta iniciativa formativa tem vindo a conhecer, traduzida na significativa procura que induziu e que excedeu o limite de oferta de inscrições previamente fixado como o mais adequado para o eficaz desempenho da ação;
- Continuidade na organização e realização intercalar de iniciativas de formação complementares da referida no ponto anterior, tendo neste exercício merecido atenção o tema "Corporate Governance em Empresas Familiares e Alianças Estratégicas" objecto de uma Conferência ocorrida em setembro;
- Estabelecimento de uma parceria com a PwC e a Associação das Empresas Familiares, nos mesmos moldes de anos anteriores, agora para a organização de um seminário com a temática "Empresas Familiares - Novas Gerações" e em que foi orador, pelo IPCG, o Professor Luís Todo Bom;
- Relançamento do debate sobre o tema da certificação da função de administrador não executivo decorrente da frequência, com aproveitamento, do Programa atrás referenciado; trata-se de matéria sensível que exige um particular aprofundamento e que irá merecer a atenção da Direção em próximos exercícios dando continuidade à reflexão já iniciada.

Não se esgota na componente formativa a contribuição que a Direção entende ser dever do IPCG prestar à sociedade na difusão das boas práticas do governo societário e, com ela, promover a melhoria da eficiência dos mercados e corresponder às expectativas dos seus agentes. Cabe-lhe, também, intensificar, por todos os meios ao seu alcance, a disseminação do conhecimento sobre as matérias que constituem o seu centro de interesse. Neste contexto, assinalam-se, como relevantes em 2018, as seguintes ações:

- Conferência comemorativa do 15.º aniversário da IPCG, a que foi atribuído o título “Corporate Governance: criação de valor para a sociedade”, com a qual se pretendeu assinalar e reforçar a tripla missão que cabe ao Instituto garantir, a saber, a divulgação dos princípios do bom governo societário, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira;
- Edição do Livro “A Emergência e o Futuro do *corporate governance* em Portugal – Volume II”, com doze artigos em que os seus autores divulgam pontos de vista e desenvolvem reflexões pessoais sobre os desafios da aplicação das normas e princípios que se enquadram no domínio do governo societário;
- Finalmente, um último apontamento para uma iniciativa recente do Instituto e que tem concitado crescente adesão por parte dos seus associados, não só por procurar envolvê-los, de forma mais continuada, na atividade do IPCG, mas também e principalmente por proporcionar um espaço de debate sobre matérias mais específicas destes domínios. Referimo-nos ao ciclo de Pequenos-almoços executivos e que, em 2018, se traduziu em duas sessões que trataram, sucessivamente, os temas “Gestão do Corporate Governance - a conduta para além dos códigos” e “Avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização nas instituições de crédito”.

4. Relacionamento institucional

O reforço das relações institucionais com entidades que perfilham, como o IPCG, modelos e princípios que se pautam pelo comum objetivo de ajudar a constituir um ambiente societário de confiança, transparência e responsabilidade, a promover a estabilidade financeira e a integridade empresarial e, por esta via, contribuir para um crescimento mais robusto e sociedades mais inclusivas é um desígnio a que o Instituto não pode furtar-se. E é nesta perspetiva, seja ela de amplitude mais lata, seja menos abrangente, que se prontifica a celebrar acordos de parceria com instituições sempre que seja antecipável que delas se extraia valor para o processo que lidera. Com esta postura, 2018 conheceu alguns desenvolvimentos, de que se sublinham:

- Integração, a convite da CMVM, no Grupo de Trabalho que visa identificar oportunidades e ações concretas que contribuam para

o desenvolvimento do mercado de capitais, deste modo criando alternativas consistentes ao crédito bancário e otimizando o crescimento sustentável da economia;

- Dentro deste mesmo quadro operacional, adesão ao projeto Finance for Growth cujo objetivo é informar, sensibilizar e capacitar as empresas na tomada de decisão quanto a instrumentos de financiamento; o IPCG participa neste programa como membro do seu Conselho Consultivo em conjunto com outros *stakeholders*;
- Participação, como membro do Advisory Board na iniciativa WOB – Women on Board, programa que visa a criação de um grupo de reflexão para a promoção de uma maior participação das mulheres na gestão de topo das organizações;
- Dando continuidade ao objetivo de estabelecer relações privilegiadas com organizações congéneres sediadas em países de língua portuguesa, o IPCG participou numa sessão que teve lugar em Cabo Verde, organizada pelo Ministério das Finanças deste país africano e que debateu a institucionalização local de um instituto de governo societário.

5. Imagem e capacidade operacional

Consciente dos desafios e exigências, em termos organizativos e operacionais, que a gestão do Código de Governo das Sociedades implica para o IPCG, a Direção tem vindo a trabalhar com o propósito de identificar a melhor solução para dar resposta às necessidades já detetadas, tanto em meios humanos, como materiais. A matriz de enquadramento de meios exigíveis está praticamente concluída e irá ser, seguramente, posta no terreno em 2019. Entretanto e em paralelo, outras iniciativas mereceram a nossa atenção, com especial ênfase em ações com potencial para complementar o lançamento do novo Código, reforçando a imagem e reconhecimento público do Instituto. Foi, em 2018, o caso de:

- Reformulação integral do *website* do IPCG, conferindo-lhe um formato mais atual e graficamente mais apelativo, mas, também, permitindo uma navegação mais amigável aos utilizadores;
- Aproveitando a realização da conferência que assinalou o 15.º aniversário do Instituto, deu-se início, com recurso a uma empresa especializada, a um processo evolutivo de mudança, não

disruptiva, na imagem corporativa do Instituto, nesta primeira fase focada apenas naquele evento, mas com uma perspetiva futura de alargamento a outras áreas e, no final do processo, de integração global.

Complementarmente às questões relativas à imagem refletidas nos dois pontos assinalados, outras decisões mais no domínio da operacionalização da estrutura foram tomadas, de que são exemplo:

- Alteração dos Estatutos, com reformulação de alguns dos seus artigos cujo desajustamento, face à realidade atual, se revelou manifesta, mas com a preocupação de manter a traça que lhes tinha sido impresso no ato da criação do IPCG;
- Atualização do Regulamento de Quotização, tanto ao nível da segmentação dos membros filiados em novas categorias, como nos valores pecuniários das quotas correspondentes a cada um daqueles escalões; mereceu especial atenção uma melhor caracterização da figura do Associado Patrocinador, conferindo-lhe um papel acrescido na sua participação na atividade interna do Instituto e na sua sustentabilidade financeira.

6. Análise Financeira

O exercício de 2018 apurou um volume total de rendimentos com origem na quotização dos seus associados de € 128.195,00, cerca de 17% superior ao valor cobrado no exercício anterior, que se havia cifrado em € 109.175,00; tal acréscimo fica a dever-se, na sua grande maior parte, ao contributo de alguns associados que aceitaram o convite para aderir ao estatuto de Associado Patrocinador.

Ao montante das quotizações acrescem outros rendimentos, sendo de salientar, pela sua expressão e impacto nos resultados apurados, a receita cobrada aos participantes pela frequência do Programa Avançado para Administradores Não Executivos, que se cifrou em € 70.445,00; os rendimentos totais apurados cifraram-se em € 198.640,00.

Os gastos administrativos acumularam no exercício o valor de € 172.513,41, cerca de 32% superiores aos registados no período homólogo anterior; neste montante estão refletidos, entre outros, os encargos, de estrutura para acompanhamento e monitorização do Código, os montantes suportados pelo

Instituto com a realização do Programa Avançado para Administradores Não Executivos, já referenciado no ponto anterior, e os gastos associados à organização da conferência que assinalou o 15.º aniversário do IPCG.

O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, registando o valor de € 16.005,32; contabilizado este resultado, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de Dezembro de 2018, a cifra de € 89.680,86.

Nestes termos, propõe-se que o saldo apurado, no valor de € 16.005,32, seja acrescido ao Fundo Social.

Lisboa, 20 de março de 2019

A Direção

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	642,45	1 504,60
Ativos intangíveis	5	85,90	301,92
		728,35	1 806,52
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	324,03	3 650,64
Estado e outros entes públicos	12	48,29	38,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	11 050,00	6 600,00
Diferimentos	8	4 917,62	3 245,09
Caixa e depósitos bancários	9	80 252,27	89 229,99
		96 592,21	102 764,19
Total do Ativo		97 320,56	104 570,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	73 675,54	52 752,18
Resultado líquido do exercício	10	16 005,32	20 923,36
		89 680,86	73 675,54
Total dos Fundos patrimoniais		89 680,86	73 675,54
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	98,76	1 360,24
Estado e outros entes públicos	12	3 202,25	2 599,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	50,00	50,00
Diferimentos	8	200,00	3 150,00
Outros passivos correntes	13	4 088,69	23 735,26
		7 639,70	30 895,17
Total do Passivo		7 639,70	30 895,17
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		97 320,56	104 570,71

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2018	2017
(+)	Vendas e serviços prestados	6-7-14	198 640,00	158 237,50
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-137 814,75	-78 934,92
(-)	Gastos com o pessoal	16	-34 698,66	-51 533,48
(-/+)	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-2 225,00	-3 375,00
(+)	Outros rendimentos	17	2 758,14	1 834,58
(-)	Outros gastos	18	-9 485,68	-3 803,25
=	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17 174,05	22 425,43
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1 100,16	-1 440,94
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 073,89	20 984,49
(-)	Juros e gastos similares suportados	19	0,00	-32,66
=	Resultado antes de impostos		16 073,89	20 951,83
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-68,57	-28,47
=	Resultado líquido do exercício	10	16 005,32	20 923,36

O Contabilista Certificado
N.º 38933

A Direção

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2018	2017
(+)	Vendas e serviços prestados	6-7-14	198 640,00	158 237,50
=	Resultado bruto		198 640,00	158 237,50
(+)	Outros rendimentos	7-17	3 583,14	2 084,58
(-)	Gastos administrativos	15-16	-172 513,41	-130 468,40
(-)	Outros gastos	5-7-18	-13 635,84	-8 869,19
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 073,89	20 984,49
(-)	Gastos de financiamento (líquidos)	19	0,00	-32,66
=	Resultados antes de impostos		16 073,89	20 951,83
(-/+))	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-68,57	-28,47
=	Resultado líquido do exercício	10	16 005,32	20 923,36

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2017	10	31 374,00	21 378,18	52 752,18
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		21 378,18	-21 378,18	-
		21 378,18	-21 378,18	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			20 923,36	20 923,36
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2017	10	52 752,18	20 923,36	73 675,54
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	10	52 752,18	20 923,36	73 675,54
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		20 923,36	-20 923,36	-
		20 923,36	-20 923,36	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			16 005,32	16 005,32
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	10	73 675,54	16 005,32	89 680,86

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		193 883,14	154 929,39
Pagamentos a fornecedores		-145 032,84	-78 563,92
Pagamentos ao pessoal		-52 117,06	-51 047,65
Caixa gerada pelas operações		-3 266,76	25 317,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-48,29	-5,81
Outros recebimentos/pagamentos		-5 640,68	-1 166,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-8 955,73	24 145,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-21,99	-274,90
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-21,99	-274,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-32,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-8 977,72	23 838,20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	89 229,99	65 391,79
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	80 252,27	89 229,99

O Contabilista Certificado
N.º 38933

A Direção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2018

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O **Instituto Português de Corporate Governance** é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso superiores a quatro ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, n.º 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2018

	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	8.682,14	9.628,79
Aquisições	21,99	0,00
Saldo final	8.704,13	9.628,79
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	7.177,54	9.326,87
Depreciações e amortizações do exercício	884,14	216,02
Saldo final	8.061,68	9.542,89
Ativos líquidos	642,45	85,90

2017

	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	8.576,24	9.628,79
Aquisições	274,90	0,00
Abates	-169,00	0,00
Saldo final	8.682,14	9.628,79
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	6.254,39	8.978,08
Depreciações e amortizações do exercício	1.092,15	348,79
Abates	-169,00	0,00
Saldo final	7.177,54	9.326,87
Ativos líquidos	1.504,60	301,92

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2018				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	3.550,00	68.095,00	-71.645,00	0,00
Fornecedores	1,63	0,00	-1,63	0,00
Adiantamentos a fornecedores	99,01	8.294,70	-8.174,68	219,03
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	105,00	0,00	105,00
	3.650,64	76.494,70	-79.821,31	324,03

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” é referente ao cálculo dos juros do depósito a prazo contratado junto do BCP, sendo o seu vencimento em fevereiro de 2019.

2017				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes (Nota 14)	0	49.062,50	-45.512,50	3.550,00
Fornecedores	0	1,63	0	1,63
Adiantamentos a fornecedores	53,95	600,00	-554,94	99,01
	53,95	49.664,13	-46.067,44	3.650,64

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Clientes” é referente ao valor a receber do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos, 2.ª edição”.

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Associados	26.600,00	15.550,00	11.050,00	23.325,00	16.725,00	6.600,00
TOTAL DO ATIVO	26.600,00	15.550,00	11.050,00	23.325,00	16.725,00	6.600,00

PASSIVO

Associados				
Descrição	31-12-2018		31-12-2017	
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Associados	50,00	50,00	50,00	50,00
TOTAL DO PASSIVO	50,00	50,00	50,00	50,00

As jóias e quotas relativas ao ano de 2018 e 2017, no valor de € 11.050,00 e € 6.600,00, respetivamente, estão reduzidas em € 50,00, relativos a um pagamento de um associado não especificado.

IMPARIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31-12-2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	16.725,00	3.050,00	-3.400,00	-825,00	15.550,00
	16.725,00	3.050,00	-3.400,00	-825,00	15.550,00

Em 31 de dezembro de 2018 foi efetuada a utilização de perdas por imparidade para créditos a receber de associados no montante de € 3.400,00, dado tratarem-se de dívidas de saldos com ex-associados, sem expectativas de cobrança e que se encontravam integralmente provisionadas.

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31-12-2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	14.800,00	3.625,00	-1.450,00	-250,00	16.725,00
	14.800,00	3.625,00	-1.450,00	-250,00	16.725,00

Em 31 de dezembro de 2017 foi efetuada a utilização de perdas por imparidade para créditos a receber de associados no montante de € 1.450,00, dado tratarem-se de dívidas de saldos com ex-associados, sem expectativas de cobrança e que se encontravam integralmente provisionadas.

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2.116,36	2.092,92
Serviços especializados	1.996,59	348,40
Conservação e reparação	691,88	691,88
Seguros	112,79	111,89
TOTAL VALORES ATIVOS	4.917,62	3.245,09
Rendimentos a reconhecer		
Quotizações	200,00	200,00
Inscrições de Cursos	0,00	2.950,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	200,00	3.150,00

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Rendimentos a reconhecer – Quotizações” corresponde ao valor faturado de quotizações relativas aos anos de 2019 e 2020.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Rendimentos a reconhecer – Quotizações” correspondia ao valor faturado de quotizações relativas aos anos de 2018, 2019 e 2020 e o saldo da rubrica “Rendimentos a reconhecer – Inscrições de Cursos” correspondia ao valor faturado de uma inscrição no âmbito do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos”, que decorreu em março de 2018.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Caixa	123,22	413,39
Depósitos à ordem	20.129,05	28.816,60
Depósitos a prazo	60.000,00	60.000,00
Total dos depósitos bancários	80.129,05	88.816,60
TOTAL	80.252,27	89.229,99

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a um depósito a prazo contratado junto do Millennium bcp, remunerado à taxa de juro anual de 0,2%, sendo o seu vencimento em fevereiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” correspondia a um depósito a prazo contratado junto do Millennium bcp, remunerado à taxa de juro anual de 0,3%, sendo o seu vencimento em fevereiro de 2018.

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40.479,65
Constituído no Exercício de 2012	4.712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7.647,77
Constituído no Exercício de 2014	1.271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25.286,16
Constituído no Exercício de 2016	21.378,18
Constituído no Exercício de 2017	20.923,36
Total dos Fundos	73.675,54
Resultado líquido do exercício de 2018	16.005,32
Total dos Fundos Patrimoniais	89.680,86

NOTA 11 - FORNECEDORES – PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Fidelidade – C. ia de Seguros, S.A.	75,91	74,88
Eden Springs Portugal, S.A.	22,85	6,77
Cunha Vaz & Associados	0,00	615,00
Angulo Sólido Serviços	0,00	348,40
Victoria Seguros	0,00	315,19
TOTAL VALORES PASSIVOS	98,76	1.360,24

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Retenções de Terceiros	48,29	38,47
TOTAL VALORES ATIVOS	48,29	38,47
Contribuições Segurança Social	1.194,78	1.184,55
Retenção IRS Trabalho Independente	762,50	200,00
Retenção IRS Trabalho Dependente	748,00	763,00
Retenção IRS Prediais	428,40	423,65
IRC – Autoliquidação	68,57	26,16
Derrama	0,00	2,31
TOTAL VALORES PASSIVOS	3.202,25	2.599,67

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto não apresenta dívidas em situação de mora.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a pagar (Nota 16)	3.519,69	20.933,32
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	569,00	0,00
Publicidade e Propaganda (Nota 15)	0,00	2.460,00
Trabalhos Especializados	0,00	341,94
TOTAL VALORES PASSIVOS	4.088,69	23.735,26

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Remunerações a pagar” corresponde à estimativa relativa a férias e subsídio de férias do trabalhador dependente.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Reuniões Conferências (Org. Eventos)” corresponde à organização do Conselho Geral do IPCG realizado em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Remunerações a pagar” correspondia à atribuição ao Vice-Presidente Executivo da Direção, relativamente aos exercícios de 2017, de um bônus de desempenho, na forma de um “lump sum” no valor de € 15.000,00, e à estimativa relativa a férias e subsídio de férias do trabalhador dependente.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Publicidade e Propaganda” correspondia ao valor estimado de uma reportagem publicitária sobre o curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos, 2.ª edição”, que foi publicada em 2017, no Jornal de Negócios.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Trabalhos Especializados” correspondia ao valor da personalização de 320 postais digitais da UNICEF adquiridos em 2017.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Quotas dos associados (Nota 7)	128.195,00	109.175,00
Promoção para captação de recursos (Nota 6)	74.150,00	51.565,00
Descontos e abatimentos	-3.705,00	-2.502,50
TOTAL	198.640,00	158.237,50

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Promoção para captação de recursos” corresponde ao valor recebido pelas inscrições no âmbito do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos”, nas 3.ª e 2.ª edições, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Descontos e abatimentos” corresponde ao valor de descontos atribuídos aos sócios do IPCG, pelas inscrições no curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos”, nas 3.ª e 2.ª edições, respetivamente.

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Trabalhos Especializados		
Sumários e Predicados, Lda.	19.372,50	0,00
Programa Avançado para Administradores Não Executivos	15.375,00	15.559,50
Angulo Sólido Serviços	12.146,72	4.180,80
Tipografia Lousanense, Lda.	5.606,02	1.335,60
Cunha Vaz & Associados	4.920,00	7.380,00
Designsete, Lda.	1.857,30	0,00
Business Unit, Lda.	471,09	78,72
Forletter, S.A.	307,50	341,94
Rendas e Alugueres	25.232,24	25.036,36
Honorários		
Vice-Presidente Executivo da Direção	18.000,00	0,00
Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização	2.500,00	0,00
Programa Avançado para Administradores Não Executivos	1.500,00	2.000,00
Outros	1.325,00	4.466,30
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	15.181,22	7.212,85
Publicidade e Propaganda (Nota 13)	6.150,00	2.460,00
Material de Escritório	2.100,27	1.804,00
Deslocações e Estadas	1.729,74	4.250,46
Conservação e Reparação	1.555,96	847,19
Comunicação		
Correio	724,24	555,94
Telefone	425,57	467,82
Contencioso e Notariado	464,91	0,00
Limpeza, Higiene e Conforto	445,68	447,64
Outros Serviços	247,39	371,42

Transportes de Mercadorias	98,40	61,50
Seguros	75,01	76,88
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2,99	0,00
TOTAL	137.814,75	78.934,92

A variação verificada em 2018 na rubrica “Trabalhos Especializados” corresponde essencialmente à renovação do *website* do IPCG, criação de um novo website da Comissão de Acompanhamento e Monitorização, à prestação de serviços da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização, conforme aprovado na Ata da Direção de 20 de março de 2018, à publicação do Código de Governo das Sociedades de 2018 do IPCG e do livro comemorativo do 15.º aniversário do Instituto.

A variação verificada em 2018 na rubrica “Reuniões Conferências (Org. Eventos)” corresponde à realização da Conferência comemorativa do 15.º aniversário do Instituto.

A variação verificada em 2018 na rubrica “Honorários” corresponde a um acordo de prestação de serviços de consultoria ao IPCG por parte do Vice-Presidente Executivo da Direção mediante uma avença mensal, com início em 1 de Janeiro de 2018, no valor de € 1.500,00, conforme aprovado na Ata da Direção de 26 de abril de 2018 e aos serviços prestados por juristas que colaboram com a Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização, conforme aprovado na Ata da Direção de 18 de julho de 2018.

A variação verificada em 2018 na rubrica “Publicidade e Propaganda” corresponde à promoção e divulgação (*media partner*) da Conferência comemorativa dos 15 anos do IPCG.

A variação verificada em 2018 na rubrica “Contencioso e Notariado” corresponde à escritura notarial de alteração dos Estatutos do Instituto.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Remunerações do pessoal	20.954,17	20.792,20
Remunerações dos órgãos sociais	5.566,68	4.524,12
Encargos patronais para a Segurança Social	4.283,37	4.281,70
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	3.519,69	3.473,32
Seguro para Acidentes de Trabalho	226,14	225,83
Higiene, Segurança no Trabalho	107,01	107,01
Medicina no Trabalho	41,60	39,30
Remunerações para prémio de desempenho (Nota 13)	0,00	17.460,00
Formação do Pessoal	0,00	630,00
TOTAL	34.698,66	51.533,48

Conforme aprovado em Ata da Direção de 17 de janeiro de 2018, o Instituto atribuiu ao Vice-Presidente Executivo da Direção, relativamente ao exercício de 2017, um bónus de desempenho, na forma de um “lump sum” no valor de € 15.000,00.

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto não auferiram em 2018 e 2017 qualquer remuneração fixa. A média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto é de 1 colaborador nos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Correções relativas a períodos anteriores	2.460,00	1.664,00
Juros obtidos de depósitos	285,00	137,00
Direitos de Autor	13,14	16,89
Excesso da estimativa para impostos	0,00	16,69
TOTAL	2.758,14	1.834,58

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” corresponde à anulação do valor estimado de uma reportagem publicitária sobre o curso “Programa Avançado para Administradores não Executivos, 2.ª Edição” da autoria do Jornal de Negócios por terem sido revistos, por deliberação conjunta tomada posteriormente à data do acordo estabelecido em fevereiro de 2017, e antes da realização da ação de formação em Março do mesmo ano, os pressupostos do apoio prestado por esta entidade ao IPCG na divulgação do evento.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” correspondia à anulação do valor estimado de despesas de transporte aéreo, entre França e Portugal a incorrer no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo”, realizado durante 2015, que não foram imputadas ao Instituto (Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” corresponde ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. pelas vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Quotizações	2.500,00	2.000,00
Impostos	5.425,68	1.303,25
Dívidas Incobráveis	1.050,00	500,00
Donativos	500,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	6,15	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	3,85	0,00
TOTAL	9.485,68	3.803,25

A variação verificada em 2018 na rubrica “Quotizações” corresponde ao aumento do valor da quotização do European Corporate Governance Institute.

A variação verificada em 2018 na rubrica “Imposto” corresponde ao IVA relativo à prestação de serviços de consultoria ao IPCG por parte do Vice-Presidente Executivo da Direção.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Donativos” corresponde ao valor doado correspondente aos honorários de um professor relativos à aula da 3.ª edição do Programa Avançado para Administradores Não Executivos, conforme seu pedido.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” corresponde ao imposto a recuperar relativo a 2017, não havendo lugar a reembolso da importância apurada.

NOTA 19 - JUROS E GASTOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Juros suportados – outros juros	0,00	32,66
TOTAL	0,00	32,66

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Juros suportados – outros juros” corresponde a juros compensatórios de Pagamentos Especiais por Conta. O Instituto é uma Associação sem fins lucrativos, cujas receitas lhe advêm maioritariamente de quotizações, contribuições e proventos de actividades acessórias sem intuito comercial. Ora, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 106.º do Código do IRC, em que apenas estão sujeitos ao pagamento especial por conta as entidades sujeitas igualmente à realização de pagamentos por conta nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do mesmo Código, o Instituto não está sujeito ao pagamento do PEC, razão pela qual a coima já foi reclamada.

NOTA 20 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 20 de março de 2019.

NOTA 21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2018, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

Lisboa, 20 de março de 2019

O Contabilista Certificado n.º 38933

A Direção